

## BRASILIANAS

Divulgação



## Brasília lidera vendas de veículos eletrificados no país

Pela primeira vez desde o início da série histórica da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), em 2012, São Paulo deixou de ocupar a liderança nas vendas de veículos eletrificados leves no Brasil. Em novembro, Brasília ultrapassou a capital paulista ao emplacar 2.413 unidades, contra 2.399 de São Paulo.

O resultado consolida uma tendência de descentralização da eletromobidade, antes concentrada no eixo Sudeste-Sul, e que agora avança com força para o Centro-Oeste e Nordeste.

O crescimento brasileiro está diretamente ligado ao forte apelo dos veícu-

los plug-in (BEV e PHEV). Dos emplacamentos de novembro, 87,4% (2.109) foram modelos com recarga externa. A participação dos eletrificados no mercado local também impressiona: 35% do total de veículos leves vendidos em Brasília no mês, a maior taxa entre todos os estados brasileiros.

Segundo Ricardo Bastos, presidente da ABVE, o desempenho reflete políticas de incentivo já consolidadas na capital. “Brasília colhe os resultados de uma política clara de incentivo ao carro elétrico que já tem alguns anos, principalmente a isenção de IPVA. A resposta do consumidor foi rápida e contundente.

POR  
WILLIAM FRANÇA

## Postos poderão oferecer recarga

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou proposta que autoriza os postos de abastecimento a disponibilizarem pontos de recarga para veículos elétricos e híbridos. A proposta foi votada em dois turnos, com redação final, e agora segue para sanção do governador.

O projeto de Lei nº 1.543/2025, do deputado Hermeto (MDB), tem como objetivo ampliar a infraestrutura de recarga, considerada um dos principais entraves para a expansão da mobilidade elétrica no país. “Os postos de combustíveis, com sua ampla distribuição e conveniência, representam locais estratégicos para a instalação de pontos de recarga”, destacou Hermeto.

De acordo com o texto, as especificações técnicas dos equipamentos serão regulamentadas por órgão competente, garantindo segurança e padronização. O parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, relatado pela deputada Doutora Jane (MDB), ressaltou que a medida está alinhada às diretrizes de economia verde e à redução da dependência de combustíveis fósseis.

## Brasília ganha sua praia: Beach Tennis

Brasília nunca teve mar, mas encontrou na areia do Beach Tennis um novo jeito de pulsar. O esporte, que já está presente em mais de 14 Regiões Administrativas, transformou a rotina da capital federal e criou uma comunidade vibrante, marcada por saúde, integração e pertencimento. Hoje, dez atletas brasilienses figuram entre os 300 melhores profissionais do mundo, consolidando o Distrito Federal como um dos maiores polos da modalidade no país.

Esse movimento ganha registro especial com o lançamento do documentário “Uma Praia no Quadrado – A História do Beach Tennis no DF”, que estreia no próximo domingo, 7 de dezembro, às 18h, em sessão única no cinema do Casapark. Produzido e dirigido por Dan Rocha, o filme foi idealizado pelo Instituto Calango como um presente para a comunidade esportiva e mostra como Brasília, mesmo distante do litoral, se tornou referência nacional.

O evento tem caráter beneficente: 100% da renda será revertida para os Programas 2026 do Instituto Calango, que utiliza o esporte como ferramenta de inclusão e transformação social.



## Novos problemas no serviço de home care

## Empresa saiu antes do prazo anunciado sem pagar

Thamiris de Azevedo

Há alguns meses, o Correio da Manhã recebe denúncias sobre falhas na prestação de serviço de home care pela Secretaria de Saúde do DF (SES). Trata-se de um tratamento em uma modalidade de alta complexidade, como uma ‘UTI em casa’. Na última reportagem, o jornal noticiou o anúncio sobre a saída da empresa SOS Vida que, segundo a SES, teria resolvido rescindir o contrato que terminaria no dia 10 de janeiro. No entanto, a reportagem apurou que a empresa já parou de prestar o serviço e não pagou os profissionais que também foram transferidos para a outra empresa, causando mais transtornos para os pacientes e familiares que dependem do serviço.

À reportagem, uma técnica de enfermagem que era da SOS que agora está na OnLife, que também presta serviço de home care à SES afirma que a SOS não pagou o salário alegando que o repasse não foi feito pela Secretária de Saúde. Por causa disso, conta ela, muitos técnicos que também migraram de empresa não estão conseguindo ir trabalhar.

“Estamos tirando do bolso para ir trabalhar, quando conseguimos. O plantão já é pouco, e o dinheiro da passagem e alimentação ainda é por nossa conta. Eu mesma já estou pedindo ajuda

para a vizinhança. As empresas só pagam no final do mês, então no início a gente se vira para ir trabalhar. Até hoje não recebi o mês passado. Além disso, quero denunciar que a Secretaria de Saúde não manda insumos suficientes para cuidar dos pacientes e os familiares também estão tirando do próprio bolso, mesmo com dificuldades”.

Outra técnica de enfermagem, que também preferiu não se identificar, conta que não recebe desde outubro. “Eu estou sem dormir direito. Precisei pegar empréstimos para pagar alimentação e transporte. Eu sou mãe solo, tenho dois filhos pequenos. Eu estou desesperada. Fui expulsa por não pagar aluguel e estou morando de favor na casa de uma amiga”, diz.

Célia Santos, mãe de Nicole de 11 anos, relata que frequentemente os técnicos de enfermagem estão faltando. Ela também resalta que sua filha está sem prescrição médica para conseguir os remédios. “Ela foi migrada da SOS no dia 24 de novembro. Hoje estou sozinha. Falaram que ainda não conseguiram ninguém para vir”, afirma.

A mãe de Rebeca de 7 anos, Suziany Moraes, informa que com as faltas dos técnicos ela está correndo risco de perder o emprego. “Preciso ficar com a minha filha e não tenho assistência”.

Brasilianas



## Pastores ‘inventam’ vaga privativa

Pastores da Igreja Braço Forte, localizada na QI 25 do Setor de Indústrias de Taguatinga, decidiram bloquear ao menos seis vagas públicas e criaram estacionamentos exclusivos para eles, usando placas de sinalização inexistentes no Código Nacional de Trânsito. As vagas ficam em frente ao prédio onde são realizados os cultos.

Procurado por “Brasilianas” sobre a excepcionalidade desse estacionamento, o Departamento de Trânsito do DF (Detran-DF)

afirmou à coluna que essa placa é irregular e que não existe embasamento legal para essa “reserva”. Segundo a Assessoria de Imprensa do Detran-DF, por determinação da Diretoria de Engenharia, a área de fiscalização irá retirar as placas.

“Brasilianas” fez contato com o pastor responsável pela igreja, Claudio Cesar Machado, para saber mais detalhes sobre a ideia das placas e das vagas só para pastores. Até o fechamento desta edição, ele não havia retornado o contato.